

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.561 - SP (2019/0298765-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : IVAN CELSO VALLIM FREITAS JÚNIOR
ADVOGADO : IVAN CELSO VALLIM FREITAS JUNIOR - SP210642
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TEDD APARECIDO DE OLIVEIRA ONORIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de TEDD APARECIDO DE OLIVEIRA ONORIO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal 0004289-62.2016.8.26.0568).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 16 da Lei n. 10.826/2003, a 4 anos de reclusão, em regime aberto, e 20 dias-multa (sentença, e-STJ fls. 22/32).

O Ministério Público interpôs apelação, que foi parcialmente provida pelo Tribunal de origem "a fim de elevar as penas pela prática do crime descrito no artigo 241-B da Lei n. 8.069/90 a 2 (dois) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa (totalizando 5 anos de reclusão e 30 dias-multa, por força do concurso material com o crime do artigo 16, caput, da Lei n. 10.826/03), bem como para fixar o regime semiaberto para o início do cumprimento das penas" (e-STJ fl. 33). Além disso, o Tribunal determinou a expedição do mandado de prisão em desfavor do acusado, para o início do cumprimento da pena, uma vez esgotadas as vidas recursais ordinárias (acórdão, e-STJ fls. 33/39).

Os embargos de declaração opostos pela defesa foram parcialmente acolhidos "para suprir [...] a omissão pertinente à questão da detração prevista no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal, sem, no entanto, modificar a solução dada ao recurso de apelação" (e-STJ fl. 48).

Alega a defesa insignificância da conduta do crime de arma (apreensão de uma munição calibre .762), argumentando que "a ofensa ao bem jurídico é insignificante ou inexpressiva, de forma que, apesar de tratar-se de conduta típica em sua

Superior Tribunal de Justiça

dimensão formal, não se reconhece a sua tipicidade material" (e-STJ fl. 7). Aduz que "a única munição encontrada em poder do Paciente, foi encontrada em sua residência e é de cunho histórico" (e-STJ fl. 9).

Sustenta, ainda, que mostra-se "de rigor a aplicação da pena relativa ao crime do artigo 241-B do ECA no mínimo legal, uma vez que a circunstâncias judiciais desfavoráveis utilizadas para sua exasperação (a) quantidade de fotografias contendo pornografia infantil armazenada; e (b) o fato de que o recorrente o fazia utilizando-se de computador da prefeitura municipal, mostrou-se desarrazoada e totalmente destoante das decisões deste Egrégio Tribunal" (e-STJ fl. 12).

Requer, liminarmente, a suspensão da expedição de mandado de prisão e, no mérito, pede "seja aplicada a pena do artigo 241- B do ECA no mínimo legal e seja o paciente absolvido em relação ao artigo 16, caput, da Lei 10.826/03, pela atipicidade da conduta, bem como a fixação de regime inicial aberto para cumprimento de pena, determinando a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos" (e-STJ fl. 14).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, da leitura do acórdão impugnado, em princípio, não se observa o apontado constrangimento ilegal, pois, ao que parece, a aplicação da pena e a fixação do regime inicial de cumprimento se deram de acordo com as peculiaridades da causa.

Além do mais, segundo a jurisprudência adotada pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, admite-se o início da execução provisória da pena após o esgotamento das instâncias ordinárias.

Assim, imprescindível a análise aprofundada dos elementos de

Superior Tribunal de Justiça

convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator